



Demonstrações Financeiras do ano findo em 31 de Dezembro de 2020

Relatório de Contas



ÍNDICE

PÁGINAS

APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PELA ADMINISTRAÇÃO	1
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES	2
BALANÇO	5
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS	6
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	7
DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS	8
RELAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, CONSELHO FISCAL E GESTORES	9
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	9
1. BASES DE PREPARAÇÃO	10
2. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	11
3. PRINCIPAIS JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PRESSUPOSTOS CONTABILÍSTICOS	20
4. ACTIVOS TANGÍVEIS	23
5. ACTIVOS TANGÍVEIS DE INVESTIMENTO	24
6. ACTIVOS INTANGÍVEIS	26
7. INVENTÁRIOS	27
8. CLIENTES	27
9. OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS	29
10. OUTROS ACTIVOS CORRENTES	30
11. CAIXA E BANCOS	30
12. CAPITAL SOCIAL	31
13. EMPRÉSTIMOS OBTIDOS	33
14. PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	34
15. PROVISÕES	34
16. FORNECEDORES	35
17. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS CORRENTES	36
18. IMPOSTOS A PAGAR	36
19. OUTRAS CONTAS A PAGAR	36
20. VENDAS DE BENS E DE SERVIÇOS	37
21. CUSTOS COM O PESSOAL	38
22. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS DE TERCEIROS	39
23. OUTROS GANHOS E PERDAS OPERACIONAIS	41
24. GASTOS E RENDIMENTOS FINANCEIROS	41
25. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO	42
26. PARTES RELACIONADAS	44
27. GESTÃO DE RISCO	45
28. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO	48



APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PELA ADMINISTRAÇÃO

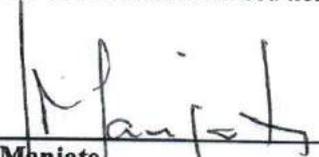
Os Administradores da empresa são responsáveis pela preparação e apresentação das demonstrações financeiras que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2020, a demonstração de resultados, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração de fluxos de caixa do ano findo naquela data, e um sumário das políticas contabilísticas significativas e outras notas explicativas, de acordo com o Plano Geral de Contabilidade baseado nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (PGC-NIRF).

Os Administradores são responsáveis por tais controlos internos que a Administração determinar como sendo pertinentes para permitir a preparação de demonstrações financeiras que estejam livres de distorções materiais, quer devidas a fraude ou erro. Os Administradores são também responsáveis pelo cumprimento com as leis e regulamentos relevantes na República de Moçambique.

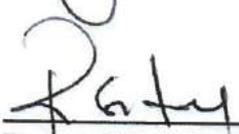
Os Administradores efectuaram uma avaliação da capacidade da empresa continuar a operar segundo o pressuposto de continuidade e não têm motivos para acreditar que a empresa não possa continuar a operar em obediência a este princípio, no futuro próximo.

Aprovação das demonstrações financeiras

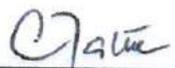
As demonstrações financeiras da empresa foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 14 de Maio de 2021 e vão assinadas em seu nome por:



Júlio Manjate
Presidente do Conselho de Administração



Rogério Siteo
Administrador



Cezerilo Matuce
Administrador



KPMG Auditores e Consultores, SA
Edifício KPMG
Rua 1.233, Nº 72C
Maputo, Moçambique

Telefone: +258 (21) 355 200
Telefax: +258 (21) 313 358
Caixa Postal, 2451
Email: mz-fminformation@kpmg.com
Web: www.kpmg.com/mz

Relatório dos Auditores Independentes

Aos Accionistas da Sociedade do Notícias, SA

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras da Sociedade do Notícias, SA (a “empresa”) constantes das páginas 5 a 48 que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de Dezembro de 2020, e a demonstração de lucros ou prejuízos e outro rendimento integral, demonstração das alterações no capital próprio e demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, bem como as notas às demonstrações financeiras, incluindo um resumo das principais políticas contabilísticas.

Em nossa opinião, excepto para o possível efeito das matérias descritas na secção Base de Opinião com reservas do nosso relatório, as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira da Sociedade do Notícias, SA em 31 de Dezembro de 2020, e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa do exercício findo nessa data, de acordo com o Plano Geral de Contabilidade baseado nas Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Base de opinião com reservas

Conforme requerido pela NCRF 28 “benefícios dos empregados”, a Empresa deveria ter reconhecido um passivo para futuras obrigações com pensões. A Empresa não reconheceu nenhum passivo em relação a estas obrigações de Pensões futuras, uma vez que os Administradores não obtiveram o estudo actuarial para sustentar essas obrigações. Como consequência da não existência desse estudo actuarial, não nos foi possível quantificar a obrigação potencial e não podemos determinar quais ajustamentos seriam necessários.

Adicionalmente, tal como divulgado na nota 8 das demonstrações financeiras, as contas a receber incluem um montante de MT 39 793 256 devido por clientes e inclui um montante de MT 30 718 455 reconhecido como depósitos recebidos de clientes, os quais ainda tinham sido alocados às respectivas contas de clientes. Não nos foi possível obter evidência de auditoria adequada suficiente para justificar estes saldos incluídos nas contas a receber. Por conseguinte, não podemos determinar se nestas circunstâncias seriam necessários quaisquer ajustamentos às demonstrações financeiras.

Além disso, conforme divulgado na nota 17 das demonstrações financeiras, outros passivos financeiros inclui um montante de MT 5 737 690 referente a adiantamentos a clientes. Não foi possível obter evidência de auditoria adequada e suficiente para substanciar este montante incluído em outros passivos financeiros. Consequentemente, não podemos determinar se nestas circunstâncias seriam necessários quaisquer ajustamentos às demonstrações financeiras.

Realizamos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção *Responsabilidades dos Auditores pela Auditoria das Demonstrações Financeiras* do nosso relatório. Somos independentes da Empresa de acordo com o *Código de Ética para Revisores Oficiais de Contas da Federação Internacional de Contabilistas (incluindo as Normas Internacionais de Independência) (Código IESBA)* juntamente com os requisitos éticos que são relevantes para a nossa auditoria das demonstrações financeiras em Moçambique, e cumprimos as nossas outras responsabilidades éticas de acordo com estes requisitos e o Código IESBA. Acreditamos que as evidências de auditoria que obtivemos são suficientes e apropriadas para fornecer uma base para a nossa opinião.



Ênfase da matéria

Chamamos a atenção para a nota 9 das demonstrações financeiras, referente ao montante de 17 708 714 Meticas de acções não realizadas do IGEPE, cujo capital foi subscrito em 2018 mas não tinha sido realizado até 31 de Dezembro de 2020, e não nos foi fornecida a data prevista para a realização do capital subscrito. A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Outra informação

Os administradores são responsáveis pela outra informação. A outra informação compreende a declaração de responsabilidade dos Administradores mas não inclui as demonstrações financeiras e o nosso relatório de auditoria sobre as mesmas.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange a outra informação e não expressamos uma opinião de auditoria ou qualquer outra forma de garantia sobre a mesma.

Em conexão à nossa auditoria das demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é de ler a outra informação e, ao fazê-lo, considerar se a outra informação é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras ou nosso conhecimento obtido na auditoria, ou se de outra forma parecer materialmente distorcida. Se, com base no trabalho que realizamos, concluimos que existe uma distorção material nessa outra informação, somos obrigados a reportar esse facto. Não temos nada a reportar a este respeito.

Responsabilidade dos administradores pelas demonstrações financeiras

Os administradores são responsáveis pela preparação e apresentação apropriada das demonstrações financeiras de acordo com o Plano Geral de Contabilidade baseado nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (PGC-NIRF), e por um sistema de controlo interno que considerem necessário para permitir a preparação das demonstrações financeiras que estejam livres de distorção material, quer devido a fraude ou erro.

Na preparação das demonstrações financeiras, os administradores são responsáveis por avaliar a capacidade da Empresa em continuar a operar segundo o pressuposto da continuidade, divulgando, conforme aplicável, assuntos relacionados com o pressuposto da continuidade e utilizar o pressuposto da continuidade, a menos que os administradores pretendam dissolver a Empresa e cessar as operações, ou não tenham outra alternativa realística senão fazê-lo.

Responsabilidade dos administradores pelas demonstrações financeiras

Os nossos objectivos são obter uma segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão livres de distorção material, devido a fraude ou erro, e emitir um relatório de auditoria que inclua a nossa opinião. Uma segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não é uma segurança de que uma auditoria conduzida de acordo com as ISAs detectará sempre uma distorção material quando existir. As distorções podem resultar de fraude ou erro e são consideradas materiais se, individualmente ou no agregado, quando se possa razoavelmente esperar que influem as decisões económicas dos utilizadores tomadas na base dessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, exercemos o julgamento profissional e mantemos o ceticismo profissional durante a auditoria. E, igualmente:



Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos evidência de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material resultante de fraude é maior do que para uma resultante de erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou a derrogação do controlo interno.

Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria, a fim de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Empresa

Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e divulgações relacionadas feitas pelos Administradores

Concluimos sobre a apropriação do uso pelos administradores, do pressuposto da continuidade e, com base na evidência de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada a eventos ou condições que possam suscitar uma dúvida significativa sobre a capacidade da Empresa de continuar a operar de acordo com o pressuposto da continuidade. Se concluirmos que existe uma incerteza material, somos obrigados a chamar a atenção, no relatório do auditor, para as divulgações relacionadas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações sejam inadequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na evidência de auditoria obtida até à data do nosso relatório de auditoria. Porém, futuros acontecimentos ou condições podem provocar que a Empresa descontinue as operações

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as transacções e eventos subjacentes de forma a obter uma apresentação apropriada

Comunicamos com os administradores sobre, entre outros assuntos, o âmbito planeado e o momento da auditoria e as constatações de auditoria relevantes, incluindo quaisquer deficiências significativas no controlo interno que identificamos durante a auditoria.

KPMG, Sociedade de Auditores Certificados, 04/SCA/OCAM/2014

Representada por:

Abel Joné Guaiaguaia, 04/CA/OCAM/2012

Sócio

14 de Maio de 2021



Demonstrações Financeiras do ano findo em 31 de Dezembro de 2020

BALANÇO EM 31 DEZEMBRO DE 2020

(Valores expressos em Meticals)

	Notas	2020	2019
ACTIVOS			
ACTIVOS NÃO CORRENTES			
Activos tangíveis	4	281,385,757	316,701,490
Activos tangíveis de investimento	5	4,765,819	4,664,075
Activos intangíveis	6	5,353,982	10,706,358
Total dos activos não correntes		291,505,558	332,071,923
ACTIVOS CORRENTES			
Inventários	7	22,062,489	25,546,467
Clientes	8	20,169,637	42,524,570
Outros activos financeiros	9	32,794,902	36,919,036
Outros activos correntes	10	8,268,130	9,235,327
Caixa e equivalentes de caixa	11	33,263,375	14,372,683
Total dos activos correntes		116,558,533	128,598,083
TOTAL DOS ACTIVOS		408,064,091	460,670,006
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVOS			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital social	12	437,000,000	436,079,776
Reservas	12	54,786,944	54,786,944
Resultados transitados	12	(168,134,920)	(145,312,887)
Resultado líquido do período	12	(37,119,368)	(22,822,033)
Total do capital próprio		286,532,656	322,731,800
PASSIVOS NÃO CORRENTES			
Empréstimos obtidos	13	6,918,141	18,247,102
Passivos por impostos diferidos	14	20,088,469	20,638,541
Total dos passivos não correntes		27,006,610	38,885,643
PASSIVOS CORRENTES			
Provisões	15	16,687,727	16,687,727
Fornecedores	16	49,200,608	46,104,095
Empréstimos obtidos	13	8,838,557	4,767,467
Outros passivos financeiros	17	6,226,917	8,625,578
Impostos a pagar	18	848,338	1,066,424
Outros passivos correntes	19	12,722,678	21,801,272
Total dos passivos correntes		94,524,825	99,052,563
Total dos passivos		121,531,435	137,938,206
TOTAL DE CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVOS		408,064,091	460,670,006

O TÉCNICO DE CONTAS

A ADMINISTRAÇÃO



Demonstrações Financeiras do ano findo em 31 de Dezembro de 2020

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO ANO FINDO EM 31 DEZEMBRO DE 2020

(Valores expressos em Meticals)

	Notas	2020	2019
Vendas de bens e serviços	20	363,676,926	437,049,038
Custos dos inventários vendidos ou consumidos	7	(76,871,973)	(106,432,483)
Margem bruta		286,804,953	330,616,555
Custos com o pessoal	21	(193,710,517)	(196,494,212)
Fornecimentos e serviços de terceiros	22	(67,512,020)	(85,259,502)
Ajustamentos do período		177,289	-
Amortizações	4 e 5	(49,175,184)	(56,082,623)
Provisões	15	(6,175,976)	(2,678,482)
Outros ganhos e perdas operacionais	23	(1,158,064)	(6,393,393)
Resultado operacional		(30,749,519)	(16,291,657)
Rendimentos financeiros	24	537,305	2,727,741
Gastos financeiros	24	(6,608,888)	(8,741,765)
Resultado antes do imposto		(36,821,102)	(22,305,681)
Imposto corrente	25	(848,338)	(1,066,424)
Imposto diferido	25	550,072	550,072
Resultado líquido do exercício		(37,119,368)	(22,822,033)

O TÉCNICO DE CONTAS

A ADMINISTRAÇÃO



Demonstrações Financeiras do ano findo em 31 de Dezembro de 2020

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA DO ANO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Valores expressos em Meticals)

	2020	2019
Notas	Activo Líquido	Activo Líquido
FLUXO DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimentos de clientes	434,167,218	479,437,185
Pagamentos a fornecedores	(158,699,619)	(206,903,298)
Pagamentos ao pessoal	(193,710,516)	(196,621,100)
Fluxo de caixa gerada pelas operações	81,757,083	75,912,788
Outros recebimentos	21,315,564	7,611,784
Outros Pagamentos	(63,312,924)	(7,260,866)
Fluxo líquido de caixa das actividades operacionais	39,759,722	76,263,706
FLUXO DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Pagamentos respeitantes a:		
Aquisição de activos tangíveis	4 e 5 (9,049,532)	(118,403,880)
	(9,049,532)	(118,403,880)
Recebimentos respeitantes a:		
Vendas de activos tangíveis	1,721,863	5,299,631
Juros e rendimentos similares	4,099,711	6,242,366
	5,821,574	11,541,997
Fluxo líquido de caixa das actividades de investimento	(3,227,958)	(106,861,883)
FLUXO DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimentos respeitantes a:		
Empréstimos e outros financiamentos obtidos	-	19,532,000
	-	19,532,000
Pagamentos respeitantes a:		
Reembolso de empréstimos obtidos	(11,032,184)	(8,105,102)
Juros e gastos similares	24 (6,608,887)	(8,741,765)
	(17,641,072)	(16,846,867)
Fluxo líquido de caixa das actividades de financiamento	(17,641,072)	2,685,133
Variação de caixa e equivalentes de caixa	18,890,693	(27,913,045)
Caixa e equivalentes de caixa no início período	14,372,683	42,285,728
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	33,263,375	14,372,683

O TÉCNICO DE CONTAS

A ADMINISTRAÇÃO



Demonstrações Financeiras do ano findo em 31 de Dezembro de 2020

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS DO ANO FINDO A 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Valores expressos em Meticais)

NATUREZA DOS MOVIMENTOS	Capital próprio atribuível aos detentores do capital da casa mãe					Total do capital próprio
	Capital social	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do período	
Saldo em 1 Janeiro de 2019	436,079,776	1,151,917	53,635,027	(145,936,880)	623,993	345,553,833
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-
Transferência	-	-	-	623,993	(623,993)	-
Resultado líquido do período	-	-	-	-	(22,822,033)	(22,822,033)
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	436,079,776	1,151,917	53,635,027	(145,312,887)	(22,822,033)	322,731,800
Transferência	920,224	-	-	(22,822,033)	22,822,033	920,224
Resultado líquido do período	-	-	-	-	(37,119,368)	(37,119,368)
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	437,000,000	1,151,917	53,635,027	(168,134,920)	(37,119,368)	286,532,656

O TÉCNICO DE CONTAS

A ADMINISTRAÇÃO

RELAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, MEMBROS DO CONSELHO FISCAL E ORGÃOS DE DIRECCÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

- 1 – Julio Manjate – Presidente do Conselho de Administração
- 2 – Cezerilo Matuce – Administrador
- 3 – Rogério dos Anjos Fabião Siteo – Administrador

CONSELHO FISCAL:

- 1 – Mastalino Mastala - Presidente
- 2 – Roberto Hamilton Vieira de Sousa - Vogal
- 3 – Armando Blaitone - Vogal

ORGÃOS DE DIRECCÃO

- 1 – André Matola – Director do Jornal Domingo
- 2 – Baltazar Teófilo Mungoi – Director de Administração e Finanças
- 3 – Lázaro Manhiça – Director do Jornal Notícias
- 4 – Almiro Helder Justino dos Santos – Director do Jornal Desafio
- 6 – Castro Furvela – Director de Produção
- 5 – Isabel Boavida – Directora Comercial
- 6 – Valdimiro Vaz – Director da Unidade Gráfica



Introdução

A *Sociedade do Notícias, S.A.*, foi constituída em 22 de Setembro de 1956 com um objecto social que consiste no exercício da actividade industrial e comercial, nomeadamente a produção de jornais e de trabalhos tipográficos, que é complementada pela actividade comercial de inserção de anúncios.

A empresa é proprietária das seguintes publicações periódicas:

- Notícias, um jornal diário;
- Desafio, um jornal semanal editado à segunda-feira; e
- Domingo, um jornal semanal editado ao domingo.

A *Sociedade do Notícias, S.A.*, tem a sua sede social na Rua Joe Slovo, nº 55, 1º andar, Maputo, Moçambique, matriculada com o NUIT nº 400020957.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 07 de Maio de 2021. É convicção do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras reflectem de forma verdadeira e apropriada as operações da Empresa, bem como a sua posição, desempenho financeiro e fluxos de caixa, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Moçambique, e mais concretamente com o Plano Geral de Contabilidade para empresas de grande e média dimensão (abreviadamente designado por PGC-NIRF).

1 Bases de apresentação

Estas demonstrações financeiras que se reportam á data de 31 de Dezembro de 2020 foram preparadas em conformidade com o Plano Geral de Contabilidade baseado nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (PGC – NIRF).

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o PGC-NIRF exige que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos críticos que afectam o processo de determinação das políticas contabilísticas adoptadas pela *Sociedade do Notícias, S.A.* e que têm impacto significativo na mensuração dos activos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas se basearem na melhor experiência do Conselho de Administração, e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e acções correntes e futuras, os resultados actuais e futuros podem diferir destas estimativas.

As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade ou em que os pressupostos e as estimativas são significativos para as demonstrações financeiras estão apresentadas na nota 4.

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que originassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo PGC-NIRF.

Estas demonstrações financeiras são comparáveis, em todos seus aspectos significativos, com as do exercício anterior.

2 Políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

2.1. Conversão cambial

(i) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nestas demonstrações financeiras estão apresentados na moeda do ambiente económico em que a mesma opera, designado por moeda funcional, que é o Metical., as demonstrações financeiras da Sociedade do Notícias e respectivas notas deste anexo estão expressas em meticais que é, também, a moeda de apresentação.

ii) Transacções e saldos em moeda estrangeira

As transacções em moedas diferentes do metical (moeda estrangeira) são convertidas na moeda funcional da entidade utilizando à taxa de câmbio à data da transacção.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento/ recebimento das transacções bem como da conversão dos activos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, à taxa de câmbio em à data do balanço, são reconhecidos na demonstração dos resultados.

2.2. Activos tangíveis

Os activos tangíveis encontram-se valorizados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumulada. Este custo inclui o custo estimado à data da transição do normativo anterior para o PGC-NIRF e os custos de aquisição para activos obtidos após essa data.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do activo, as despesas directamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do activo para que se encontre na sua condição de utilização. Os custos com empréstimos obtidos para a construção de activos tangíveis são reconhecidos como parte do custo de construção do activo.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil ou a capacidade produtiva dos activos, são reconhecidos no custo do activo.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

Os custos a suportar com o desmantelamento ou remoção de activos instalados em propriedade de terceiros serão considerados como parte do custo inicial dos respectivos activos quando se traduzam em montantes significativos.

As vidas úteis estimadas para os activos tangíveis mais significativos são conforme segue:

Activo	Vida útil
Construções	50 anos
Equipamento básico	6 a 14 anos
Mobiliário e equipamento administrativo social	4 a 10 anos
Equipamento de transporte	4 a 5 anos

Sempre que existam indícios de perda de valor dos activos tangíveis, são efectuados testes de imparidade para estimar o valor recuperável do activo e registar, quando necessário, a perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do activo, sendo este último calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados decorrentes do uso continuado e da alienação do activo no fim da sua vida útil.

As vidas úteis dos activos são revistas em cada data de relato financeiro, para que as amortizações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos activos. As alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

Os ganhos ou perdas na alienação dos activos são determinados pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada do activo e são reconhecidos na demonstração dos resultados.

2.3. Activos tangíveis de investimento

Os activos tangíveis de investimento são imóveis (terrenos, edifícios ou partes de edifícios) detidos com o objectivo de valorizar o capital investido, obter rendas, ou ambas.

Um activo tangível de investimento deve ser inicialmente mensurado pelo seu custo, incluindo os custos de transacção. Após o reconhecimento inicial, os activos tangíveis de investimento podem ser mensurados de acordo com o modelo do custo ou modelo do justo valor.

A Sociedade do Notícias optou pela mensuração de todos os seus activos tangíveis de investimento pelo modelo do custo. Neste sentido estes activos são mensurados de acordo com os requisitos previstos na NCRF 13 – Activos tangíveis para esse modelo, excepto os que satisfaçam os critérios de classificação como detidos para venda que são mensurados de acordo com a NCRF 22.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, aplicado a partir da data em que os bens se encontram disponíveis para serem usados como pretendidos pela gestão, em conformidade com os seguintes períodos de vida útil estimada:

Activo tangível de investimento	Vida útil
Edifícios	50 anos

2.4. Activos intangíveis

Os activos intangíveis são reconhecidos e mensurados consoante as transacções que lhe deram origem, conforme os parágrafos abaixo:

Reconhecimento inicial

➤ *Aquisição separada*

O custo dos activos intangíveis adquiridos separadamente reflecte, em geral, os benefícios económicos futuros esperados e compreende:

- O preço de compra, incluindo custos com direitos intelectuais e os impostos sobre as compras não reembolsáveis, após a dedução dos descontos comerciais e abatimentos; e
- Qualquer custo directamente atribuível à preparação do activo para o seu uso pretendido.

Reconhecimento subsequente

Após o reconhecimento inicial, a *Sociedade do Notícias, S.A.* valoriza os seus activos intangíveis, pelo modelo do custo, conforme definido pela NCRF 14 – Activos intangíveis onde está definido que um activo intangível deve ser escriturado pelo seu custo deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Amortização

A *Sociedade do Notícias S.A.* determina a vida útil e o método de amortização dos activos intangíveis com base na estimativa de consumo dos benefícios económicos associados ao activo.

➤ Activos intangíveis com vida útil finita

Os activos intangíveis com vida útil definida são amortizados numa base sistemática, a partir da data em que se encontram disponíveis para uso e durante a vida útil estimada.

➤ Activos intangíveis com vida útil indefinida

Os activos que pela sua natureza não possuam uma vida útil definida não são amortizados e estão sujeitos a testes de imparidade anuais ou sempre que existam sinais de imparidade. A *Sociedade do Notícias, S.A.* realiza os testes de imparidade no mês de Dezembro de cada ano.

2.5. Imparidade de activos

Os activos com vida útil indefinida não estão sujeitos a amortização, sendo objecto de testes de imparidade anuais. A *Sociedade do Notícias, S.A.* realiza os testes de imparidade no mês de Dezembro de cada ano e sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual se encontram registados nas demonstrações financeiras não seja recuperável.

Sempre que o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico dos activos, a Empresa avalia se a situação de perda assume um carácter permanente e definitivo e se tal se verificar regista a respectiva perda por imparidade. Nos casos em que a perda não é considerada permanente e definitiva, é feita a divulgação das razões que fundamentam essa conclusão.

2.6. Activos financeiros

O Conselho de Administração determina a classificação dos activos financeiros na data do reconhecimento inicial, de acordo com a NCRF 25 – Instrumentos financeiros.

Os activos financeiros podem ser classificados/ mensurados:

- (a) Ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade; ou
- (b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados.

A *Sociedade do Notícias, S.A.* classifica e mensura ao custo, ou ao custo amortizado, os activos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cujo retorno seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar a perda do valor nominal e do juro acumulado.

Para os activos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efectiva, que corresponde à taxa que desconta exactamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo ou custo amortizado os activos financeiros que constituem empréstimos concedidos, contas a receber (clientes, outros devedores, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado activo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

A **Sociedade do Notícias, S.A.** classifica e mensura ao justo valor os activos financeiros que não cumpram com as condições para ser mensurados ao custo ou custo amortizado, conforme descrito acima. São registados ao justo valor os activos financeiros que constituem instrumentos de capital próprio cotados em mercado activo, contratos derivados e activos financeiros detidos para negociação. As variações de justo valor são registadas nos resultados de exercício, excepto no que se refere aos instrumentos financeiros derivados que qualifiquem como relação de cobertura de fluxos de caixa.

A **Sociedade do Notícias, S.A.** avalia, a cada data de relato financeiro, a existência de indicadores de perda de valor para os activos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objectiva de imparidade, a Sociedade do Notícias reconhece uma perda por imparidade na demonstração de resultados. Os activos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.

2.7. Inventários

Os inventários referem-se a matérias utilizadas nas actividades internas de produção. Os inventários são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição, o qual inclui todas as despesas suportadas com a compra. O custo é determinado utilizando o método do custo médio ponderado.

2.8. Clientes e outras contas a receber

As rubricas de Clientes e Outras contas a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade, se aplicável. As perdas por imparidade dos clientes e contas a receber são registadas, sempre que exista evidência objectiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transacção. As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em “Imparidade de contas a receber”, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

2.9. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses, e descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados no balanço, no passivo corrente, na rubrica “Empréstimos obtidos”, e são considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa, como caixa e equivalentes de caixa.

2.10. Capital social

As acções ordinárias são classificadas no capital próprio. Os custos directamente atribuíveis à emissão de novas acções ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

2.11. Passivos financeiros

O Conselho de Administração determina a classificação dos passivos financeiros na data do reconhecimento inicial, de acordo com a NCRF 25 – Instrumentos financeiros.

Os passivos financeiros podem ser classificados/ mensurados como:

- (a) Ao custo ou custo amortizado; ou
- (b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados.

A *Sociedade do Notícias, S.A.* classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado, os passivos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cuja remuneração seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar uma alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a pagar.

Para os passivos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efectiva, que corresponde à taxa que desconta exactamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo ou custo amortizado os passivos financeiros que constituem financiamentos obtidos, contas a pagar (fornecedores, outros credores, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado activo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

O desreconhecimento de um passivo financeiro, ou parte de um passivo financeiro, é feita apenas quando este se extingue, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato é liquidada, cancelada ou expira.

2.12. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre rendimento do período compreende o imposto corrente e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, excepto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos directamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo com base no balanço, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de activos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data do balanço, e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos activos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos na medida em que seja provável que existam lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização da diferença temporária. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, excepto as relacionadas com: i) o reconhecimento inicial do *goodwill*; ou ii) o reconhecimento inicial de activos e passivos, que não resultem de uma concentração de actividades, e que à data da transacção não afectem o resultado contabilístico ou fiscal. Contudo, no que se refere às diferenças temporárias tributáveis relacionadas com investimentos em filiais, estas não devem ser reconhecidas na medida em que: i) a empresa mãe tem capacidade para controlar o período da reversão da diferença temporária; e ii) é provável que a diferença temporária não reverta num futuro próximo.

2.13. Benefícios aos empregados

A *Sociedade do Notícias, S.A.* concede complementos de pensões de reforma e sobrevivência (doravante designado de plano de pensões) e assegura aos seus empregados e pensionistas um plano de assistência médica, pós-emprego.

2.14. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a *Sociedade do Notícias, S.A.* tem uma obrigação presente legal ou construtiva resultante de eventos passados, para a qual é mais provável de que não que seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação e o montante possa ser estimado com razoabilidade.

Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a *Sociedade do Notícias, S.A.* divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos, que reflecte a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

2.15. Locações

Locações de activos fixos tangíveis, relativamente às quais a *Sociedade do Notícias, S.A.* detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do activo são classificadas como locações financeiras. São igualmente classificadas como locações financeiras os acordos em que a análise de uma ou mais situações particulares do contrato aponte para tal natureza. Todas as outras locações são classificadas como locações operacionais.

As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do activo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação, cada um determinado à data de início do contrato. A dívida resultante de um contrato de locação financeira é registada líquida de encargos financeiros, na rubrica de Empréstimos. Os encargos financeiros incluídos na renda e a amortização dos activos locados, são reconhecidos na demonstração dos resultados, no período a que dizem respeito.

Os activos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são amortizados pelo menor entre o período de vida útil do activo e o período da locação, quando a *Sociedade do Notícias, S.A.* não tem opção de compra no final do contrato, ou pelo período de vida útil estimado, quando a *Sociedade do Notícias, S.A.* tem a intenção de adquirir os activos no final do contrato. Nas locações consideradas operacionais, as rendas a pagar são reconhecidas como custo na demonstração dos resultados numa base linear, durante o período da locação.

2.16. Rédito

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo à venda de produtos e/ou serviços no decurso normal da actividade da *Sociedade do Notícias, S.A.*. O rédito é registado líquido de quaisquer impostos, descontos comerciais e descontos financeiros com carácter comercial que sejam atribuídos.

O rédito da venda de produtos é reconhecido quando: i) o valor do rédito pode ser estimado com fiabilidade; ii) é provável que benefícios económicos fluam para a *Sociedade do Notícias, S.A.*; e iii) parte significativa dos riscos e benefícios tenham sido transferidos para o comprador. O rédito da prestação de serviços é reconhecido de acordo com a percentagem de acabamento ou com base no período do contrato quando a prestação de serviços não esteja associada à execução de actividades específicas, mas à prestação contínua do serviço.

3 Principais julgamentos, estimativas e pressupostos contabilísticos

Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da *Sociedade do Notícias, S.A.* são continuamente avaliados, representando à cada data de relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de activos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

3.1. Provisões

A *Sociedade do Notícias, S.A.* analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objecto de reconhecimento ou divulgação.

A subjectividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.3. Activos tangíveis

A determinação das vidas úteis dos activos, o seu valor residual, bem como o método de amortização a aplicar é essencial para determinar o montante das amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício.

Estes parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento do Conselho de Administração para os activos e negócios em questão, considerando também as práticas adoptadas por empresas do sector.

3.4. Activos tangíveis de investimento

O cálculo do justo valor dos activos tangíveis de investimento à data da transição foi efectuado de acordo com a natureza de cada activo, tendo posteriormente optado por valorizar os mesmos ao modelo do custo.

Os pressupostos considerados em cada avaliação correspondem à melhor estimativa do Conselho de Administração e de especialistas para os referidos activos.

3.5. Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da *Sociedade do Notícias, S.A.*, tais como a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital e outras alterações internas ou externas.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de activos implicam um elevado grau de julgamento por parte do Conselho de Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

3.6. Continuidade das Operações

A Empresa registou um prejuízo líquido no valor de 36 821 102 Meticais respeitante ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2020 (2019: Prejuízo 22 822 033 Meticais).

Os administradores realizaram uma análise da situação líquida da empresa. À data de 31 de Dezembro de 2020 a empresa apresenta uma posição de activos líquidos de 286 532 656 Meticais (2019: 322 731 800 Meticais) e no exercício findo naquela data os activos correntes da empresa excendem os seus passivos correntes em 22 033 708 Meticais (2019: 29 545 520 Meticais). Os administradores acreditam que por se tratar de uma entidade pública, a empresa continuará a beneficiar do apoio do IGEPE para assegurar a sua existência, considerando que a empresa está envolvida em actividades de comunicação sócia e de ser o maior jornal de circulação nacional.

As demonstrações financeiras são preparadas com base nas políticas contabilísticas aplicáveis ao pressuposto da continuidade. Essa base pressupõe que a Sociedade do Notícias terá fundos disponíveis para financiar operações futuras, continuará a receber o apoio dos Accionistas e que a realização de activos e a liquidação de passivos irão ocorrer no decurso normal do negócio.

Conforme o plano orçamental, o exercício económico de 2021 poderá ser afectado pelos efeitos negativos dos impactos da COVID-19 sobre o processo produtivo, não obstante os esforços de capitalização e revitalização que a SN se oferece realizar. Assim, a realização da presente proposta do Plano de Actividades e Orçamento exige a participação de todos *stakeholders* para a sua concretização, havendo a necessidade de:

- Manter todos os colaboradores devidamente treinados e preparados para as transformações em curso, através de capacitações técnicas dos colectivos de trabalho instituídos, de modo a que se sintam identificados com a organização, melhorando desta forma a sua prestação;
- Revitalizar a estratégia de comercialização dos produtos oferecidos ao mercado, de modo a garantir uma utilização eficaz e eficiente da capacidade de produção instalada para responder ao nível de investimento realizado na unidade gráfica;
- Rever a política de concessão de crédito, tanto para os agentes como para outros clientes, de modo a garantir uma melhor gestão da carteira de clientes da sociedade;
- Continuar com medidas que visem uma maior contenção de despesas à luz dos actuais desafios;
- Melhorar a interacção com as delegações provinciais nos aspectos ligados à gestão comercial, administrativa e financeira;
- Potenciar o jornal digital de modo a acompanhar as novas tendências da *mídia* escrita (o negócio do futuro);
- Melhorar a imagem corporativa por forma a granjear confiança e preferência no seu ramo de actividade.

4 Activos tangíveis

Os movimentos registados em rubricas do activo tangível foram como segue:

Exercício de 2020

Rubricas	Quantia e escriturada bruta				Saldo Final 31.12.2020
	Saldo Inicial 1.01.2020	Aumentos	Abates	Transferências	
Construções	215,731,151	-	-	(242,210)	215,488,941
Investimentos em curso	-	-	-	-	-
Equipamento básico	252,021,471	229,600	(881,069)	-	251,370,002
Mobiliário e equipamento administrativo	37,956,397	2,179,585	-	-	40,135,982
Equipamento de transporte	33,532,222	6,640,346	(3,505,000)	-	36,667,568
	539,241,241	9,049,531	(4,386,069)	(242,210)	543,662,493
Depreciações					
Rubricas	Saldo Inicial 1.01.2020	Reforço	Regularizações	Transferências	Saldo Final 31.12.2020
Construções	38,526,524	4,465,788	-	(14,533)	42,977,779
Investimentos em curso	-	-	-	-	-
Equipamento básico	133,306,334	29,163,312	(440,358)	-	162,029,288
Mobiliário e equipamento administrativo	28,321,235	3,152,790	-	-	31,474,025
Equipamento de transporte	22,385,658	6,914,986	(3,505,000)	-	25,795,644
	222,539,751	43,696,876	(3,945,358)	(14,533)	262,276,736
Quantia e escriturada líquida	316,701,490				281,385,757

Exercício de 2019

Rubricas	Quantia e escriturada bruta				Saldo Final 31.12.2019
	Saldo Inicial 1.01.2019	Aumentos	Abates	Transferências	
Construções	130,951,294	23,237,894	-	61,541,963	215,731,151
Investimentos em curso	61,541,963	-	-	(61,541,963)	-
Equipamento básico	240,318,310	11,703,161	-	-	252,021,471
Mobiliário e equipamento administrativo	29,873,868	8,082,529	-	-	37,956,397
Equipamento de transporte	41,857,993	13,838,333	(22,164,104)	-	33,532,222
	504,543,428	56,861,917	(22,164,104)	-	539,241,241
Depreciações					
Rubricas	Saldo Inicial 1.01.2019	Reforço	Regularizações	Transferências	Saldo Final 31.12.2019
Construções	34,055,892	4,470,632	-	-	38,526,524
Investimentos em curso	-	-	-	-	-
Equipamento básico	97,492,447	35,813,887	-	-	133,306,334
Mobiliário e equipamento administrativo	24,996,372	3,324,863	-	-	28,321,235
Equipamento de transporte	32,112,973	6,999,776	(16,727,091)	-	22,385,658
	188,657,684	50,609,158	(16,727,091)	-	222,539,751
Quantia e escriturada líquida	315,885,744				316,701,490

Foi transferido uma flat dos activos tangíveis para efeitos de arrendamento a terceiros para exploração de um Centro Social.

5 Activos tangíveis de investimento

Os activos tangíveis de investimento são compostos por edifícios não afectos à actividade da Sociedade do Notícias, tendo apresentado a seguinte evolução:

Exercício de 2020

Rubricas	Quantia escriturada bruta				Saldo Final 31.12.2020
	Saldo Inicial 1.01.2020	Aumentos	Abates	Transferências	
Construções	6,054,464	-	-	242,210	6,296,674
	6,054,464	-	-	242,210	6,296,674
Depreciações					
Rubricas	Saldo Inicial 1.01.2020	Reforço	Regularizações	Transferências	Saldo Final 31.12.2020
Construções	1,390,389	125,933	-	14,533	1,530,855
	1,390,389	125,933	-	14,533	1,530,855
Quantia escriturada líquida	4,664,075				4,765,819

Exercício de 2019

Rubricas	Quantia escriturada bruta				Saldo Final 31.12.2019
	Saldo Inicial 1.01.2019	Aumentos	Abates	Transferências	
Construções	6,054,464	-	-	-	6,054,464
	6,054,464	-	-	-	6,054,464
Depreciações					
Rubricas	Saldo Inicial 1.01.2019	Reforço	Regularizações	Transferências	Saldo Final 31.12.2019
Construções	1,269,300	121,089	-	-	1,390,389
	1,269,300	121,089	-	-	1,390,389
Quantia escriturada líquida	4,785,164				4,664,075

Os activos tangíveis de investimento destinam-se a:

- Armazém nº15, nº16 e nº17 da Av. de Angola encontram-se neste momento arrendados e como tal classificados como activos tangíveis de investimento no âmbito da NCRF 16 – Activos tangíveis de investimento (de acordo com parágrafo 4 d) da mesma norma).
- O edifício da delegação de Nampula é destinado à habitação do delegado mas encontra-se arrendado.
- Edifício Loja, localizado junto a delegação da Beira, encontra-se arrendado a MultiChoice Moçambique, SA.

- d) Edifício Pemba, arrendado a terceiros.
- e) Edifícios na Ponta de Ouro destinados ao lazer de trabalhadores e particulares.
- f) Flat 25 e 26, arrendado a terceiros para exploração de Centro Social.

A 31 de Dezembro de 2020, os rendimentos e gastos operacionais directos associados aos activos tangíveis de investimento tinham a seguinte composição:

	2020		2019	
	Rendas	Gastos directos	Rendas	Gastos directos
Edifício Loja Beira	1,501,641	5,540	1,604,026	5,540
Armazém, 15 da Avenida de Angola	580,511	1,128	723,535	1,128
Armazém, 16 da Avenida de Angola	580,511	5,304	723,535	5,304
Armazém, 17 da Avenida de Angola	580,511	7,122	723,535	7,122
Edifício da Delegação de Nampula	120,000	3,796	100,000	3,796
Edifício Pemba	77,521	3,239	88,889	3,239
Casa 1 Ponta de Ouro	25,279	48,635	19,500	48,635
Casa 2 Ponta de Ouro	25,279	46,327	19,500	46,327
Flat 25 e 26 Centro Social	71,154	4,844	-	-
	3,562,407	125,935	4,002,520	121,091

O justo valor dos activos tangíveis de investimento é como segue:

	Valor bruto	Depreciações acumuladas	Valor líquido	Justo valor
Armazém, 15 da Avenida de Angola	56,376	25,933	30,443	7,050,697 *
Armazém, 16 da Avenida de Angola	265,186	116,682	148,504	7,050,697 *
Armazém, 17 da Avenida de Angola	356,081	156,676	199,405	7,050,697 *
Edifício da delegação de Nampula	189,785	75,914	113,871	4,524,975
Edifício Loja Beira	276,984	121,873	155,111	- **
Edifício Pemba	161,951	64,780	97,171	- **
Casa 1 Ponta de Ouro	2,431,751	486,350	1,945,401	- **
Casa 2 Ponta de Ouro	2,316,350	463,270	1,853,080	- **
Flat 25 e 26 Centro Social	242,210	19,377	19,377	- **
	6,296,674	1,530,855	4,562,363	25,677,066

* A avaliação dos 3 activos foi efectuada em agregado e o valor total ascende a 21.152.091 meticais que aparece repartido de forma igual para cada armazém.

** Activos não apresentam o justo valor por falta de avaliação.

6 Activos intangíveis

Os activos intangíveis são compostos por plataformas electrónicas de suporte do jornal On-Line.

Os portais de internet apresentam a seguinte evolução:

Exercício de 2020

Rubricas	Quantia escriturada bruta				Saldo Final 31.12.2020
	Saldo Inicial 1.01.2020	Aumentos	Abates	Transferências	
Portal Notícias/Desafio/Domingo	16,058,734	-	-	-	16,058,734
	16,058,734	-	-	-	16,058,734
Rubricas	Depreciações				Saldo Final 31.12.2020
	Saldo Inicial 1.01.2020	Reforço	Regularizações	Transferências	
Portal Notícias/Desafio/Domingo	5,352,376	5,352,376	-	-	10,704,752
	5,352,376	5,352,376	-	-	10,704,752
Quantia escriturada líquida	10,706,358				5,353,982

Exercício de 2019

Rubricas	Quantia escriturada bruta				Saldo Final 31.12.2019
	Saldo Inicial 1.01.2019	Aumentos	Abates	Transferências	
Portal Notícias/Desafio/Domingo	16,058,734	-	-	-	16,058,734
	16,058,734	-	-	-	16,058,734
Rubricas	Depreciações				Saldo Final 31.12.2019
	Saldo Inicial 1.01.2019	Reforço	Regularizações	Transferências	
Portal Notícias/Desafio/Domingo	-	5,352,376	-	-	5,352,376
	-	5,352,376	-	-	5,352,376
Quantia escriturada líquida	16,058,734				10,706,358

7 Inventários

O detalhe de inventários em 31 de Dezembro de 2020 era como segue:

Movimentos	31 de Dezembro de 2020			31 de Dezembro de 2019		
	Mercadorias	Matérias-primas, auxiliares e materiais	Total	Mercadorias	Matérias-primas, auxiliares e materiais	Total
Inventários a 1 de Janeiro	254,086	25,292,382	25,546,468	284,452	36,725,158	37,009,610
Compras	119,758	73,268,236	73,387,994	291,894	94,677,446	94,969,340
Inventários a 31 de Dezembro	(294,766)	(21,767,723)	(22,062,489)	(254,085)	(25,292,382)	(25,546,467)
Custo do período	79,078	76,792,895	76,871,973	322,261	106,110,222	106,432,483

Em 2020 os custos com o consumo de matéria-prima e consumíveis importados para a produção de jornal, decresceram em 27.8% comparativamente a 2019. Esta descida deveu-se essencialmente da redução da produção derivada da conjuntura socioeconómica causada pela COVID-19 .

8 Clientes

Em 31 de Dezembro de 2020, a decomposição da rubrica de Clientes era como segue:

		2020	2019
Clientes Sócios/accionistas	a)	-	115,121
Clientes conta corrente	b)	52,378,695	55,014,302
Clientes - Delegações do Notícias	c)	3,646,093	10,545,635
Clientes - Agentes	d)	5,462,126	11,429,949
Imparidade acumulada de contas a receber	e)	(10,598,822)	(4,576,946)
		50,888,092	72,528,061
Depósitos de clientes não identificados	f)	(30,718,455)	(30,003,491)
Total de clientes		20,169,637	42,524,570

- a) Clientes Sócios/Accionista: esta rubrica refere-se aos saldos a receber de accionistas por conta de fornecimento de jornais e serviços de inserção de anúncios.
- b) Clientes conta corrente: nesta rubrica encontram-se registados os saldos a receber de clientes decorrentes da venda de jornais e serviços de inserção de anúncios publicitários.
- c) Clientes Delegações do Notícias: nesta rubrica encontram-se registados os saldos a receber de clientes das Delegações da Sociedade do Notícias, S.A. pela venda de jornais e serviços de inserção de anúncios publicitários.
- d) Clientes Agentes: nesta rubrica encontram-se registados os saldos a receber de agências de publicidade e de agentes credenciados pela *Sociedade do Notícias, S.A.*, para vender jornais.
- e) Imparidade acumulada de contas a receber:

	2020	2019
A 1 de Janeiro	4,576,946	2,344,799
Reforço	10,598,822	4,576,946
Utilização	(154,100)	(446,335)
Reversão	(4,422,846)	(1,898,464)
A 31 de Dezembro	10,598,822	4,576,946

- f) Os depósitos de clientes não identificados são referentes a transferências bancárias de clientes cuja sua identificação e emissão de recibos é feita à posterior.

9 Outros activos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2020, a decomposição da rubrica de Outros activos financeiros, era como segue:

		2020	2019
Devedores sócios accionistas	a)	17,708,714	26,778,414
Garantias concursos publicos	b)	6,863,668	-
Adiantamento a fornecedores	c)	4,641,000	6,729,926
Devedores trabalhadores (F.S.T.)	d)	2,568,031	2,368,979
Fundo maneo das delegações		904,435	730,692
Adiantamento de salários		109,054	311,025
		32,794,902	36,919,036

- a) Trata-se de capital subscrito e ainda não realizado pelo acionista IGEPE.
- b) Garantias bancarias referentes a diversos concursos públicos referentes a trabalhos tipográficos.
- c) Adiantamento a fornecedores externos referente a aquisição de diversa maquinaria para a nova unidade gráfica.
- d) Saldos devedores de colaboradores que adquiriram empréstimos do Fundo social no corrente exercício.

10 Outros activos correntes

Em 31 de Dezembro a *Sociedade do Notícias S.A.* tem registado na rubrica de outros activos correntes os seguintes saldos:

	2020	2019
IRPC pagamento por conta	7,511,784	7,511,784
IRPC pagamento especial por conta	200,000	100,000
IVA - Impostos a recuperar	-	117,598
Estado	7,711,784	7,729,382
	2020	2019
Seguros	556,346	1,505,945
Rendas	-	-
Gastos a reconhecer	556,346	1,505,945
Total de outros activos correntes	8,268,130	9,235,327

11 Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de Dezembro a *Sociedade do Notícias S.A.* tinha valores em caixa e equivalentes de caixa disponíveis para uso.

O detalhe do montante considerado como saldo final na rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” para efeitos da demonstração de fluxos de caixa em 31 de Dezembro era o seguinte:

		2020	2019
Caixa	12.1	1,564,047	973,796
Bancos			
Em moeda nacional		18,585,541	11,549,884
Em moeda estrangeira		1,578,480	1,032,408
Depósitos a prazo		11,535,307	816,595
		31,699,328	13,398,887
Caixa e equivalentes de caixa		33,263,375	14,372,683

12.1 Este valor refere-se a recebimentos por depositar no final do ano. Os mesmos incluem a caixa Maputo e províncias.

12 Capital social

Em 31 de Dezembro de 2020, o capital social da *Sociedade do Notícias, S.A.* encontrava-se totalmente subscrito e parcialmente realizado e estava representado por 437 000 acções com o valor nominal de 1 000 Meticais cada. O capital não realizado ficou sob a responsabilidade do maior acionista IGEPE.

O detalhe do capital social em 31 de Dezembro de 2020 era como segue:

	31 Dez. 2020 Nr. Acções	Capital subscrito	Capital realizado	Capital por realizar	% participação
Estado Moçambicano (IGEPE)	436,950	436,950,000	419,241,287	17,708,713	99.99%
Companhia Agrícola João Ferreira dos Santos	50	50,000	50,000	0	0.01%
	437,000	437,000,000	419,291,287	17,708,713	100%

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2020 foram aprovadas em Assembleia-geral datada de 07 de Maio de 2021, tendo o prejuízo do exercício, sido transferido para a rubrica de resultados transitados.

O detalhe do capital social em 31 de Dezembro de 2019 era como segue:

	31 Dez. 2019 Nr. Acções	Capital subscrito	Capital realizado	Capital por realizar	% participação
Estado Moçambicano (IGEPE)	9,977	435,066,816	409,023,618	26,053,198	99.56%
EMOSE	5	218,035	218,035	0	0.05%
Companhia Agrícola João Ferreira dos Santos	1	43,607	43,607	0	0.01%
Acções não realizadas	17	741,319	0	741,319	0.17%
	10,000	436,069,777	409,285,260	26,794,517	100%

Variações do capital próprio em 31 de Dezembro de 2020

	Saldo no início do exercício	Variações	Aplicações	Saldo no final do exercício
Capital Social	436,079,776	920,224	-	437,000,000
Reservas legais	1,148,167	-	-	1,148,167
Reservas estatutárias	3,750	-	-	3,750
Reservas livres	13,148,719	-	-	13,148,719
Reservas para investimentos	40,486,308	-	-	40,486,308
Resultados transitados	(145,312,887)	(22,822,033)	-	(168,134,920)
Resultado líquido do exercício	(22,822,033)	(37,119,370)	22,822,033	(37,119,370)
Total	322,731,800	(59,021,179)	22,822,033	286,532,654

Variações do capital social em 31 de Dezembro de 2019

	Saldo no início do exercício	Variações	Aplicações	Saldo no final do exercício
Capital Social	436,079,776	-	-	436,079,776
Reservas legais	1,148,167	-	-	1,148,167
Reservas estatutárias	3,750	-	-	3,750
Reservas livres	13,148,719	-	-	13,148,719
Reservas para investimentos	40,486,308	-	-	40,486,308
Resultados transitados	(145,936,880)	623,993	-	(145,312,887)
Resultado líquido do exercício	623,993	(22,822,033)	(623,993)	(22,822,033)
Total	345,553,833	(22,198,040)	(623,993)	322,731,800

13 Empréstimos obtidos

A maturidade dos empréstimos é a seguinte:

Empréstimos não correntes		2020	2019
Banco Único (Financiamento-19)	a)	2,906,825	10,181,124
BCI Leasing (5 viaturas-17)	b)	1,298,950	3,312,252
FNB Leasing viaturas (2 viaturas-19)	c)	1,285,854	2,061,930
STB-Leasing (2 viaturas-19)	d)	789,200	1,507,470
FNB Leasing viaturas (2 viaturas-18)	e)	637,312	1,184,326
Total Empréstimos não correntes		6,918,141	18,247,102
Empréstimos correntes		2020	2019
Banco Único (Financiamento-19)	a)	5,086,551	2,026,104
BCI Leasing (5 viaturas-17)	b)	1,943,936	1,477,535
FNB Leasing viaturas (2 viaturas-19)	c)	768,618	630,330
FNB Leasing viaturas (2 viaturas-18)	e)	535,292	430,862
STB-Leasing (2 viaturas-19)	d)	504,160	202,636
Total Empréstimos correntes		8,838,557	4,767,467
Total Empréstimos		15,756,698	23,014,569

- (a) Em 2020, a Sociedade do Notícias, SA, contraiu um empréstimo no valor de 14 000 000,00Mts, no Banco Único, destinado a aquisição de equipamento para uma nova unidade gráfica, a ser pago em 36 (trinta e seis) prestações mensais. A taxa de juro anual é de PLR SF, acrescida de um spread de 1.5%. Hipoteca de primeiro grau sobre imóvel, com um grau de cobertura de 133% sobre prédio descrito no respectivo contrato.
- (b) Em 2017, foram adquiridas cinco viaturas na modalidade de locação financeira via BCI, com o custo de 8 441 262 meticais, a serem pagas em sessenta (60) rendas mensais, iguais e sucessivas. A taxa de juro é variável, dependendo, a cada momento, da *Prime Rate do Sistema Financeiro Moçambicano*, a qual acresce o spread de 2%. O contrato foi celebrado sem garantias adicionais.
- (c) Em 2018, foram adquiridas duas viaturas na modalidade de locação financeira via FNB, com o custo total de 2 490 000 meticais, a serem pagas em quarenta e seis (46) rendas mensais, iguais e sucessivas. A taxa de juro anual é de PLR SF, acrescida de um spread de 2%. Com a garantia de 815 156 Dolares Americanos referentes a hipoteca de um imóvel pertencente a Sociedade do Notícias.

- (d) Em 2019, foram adquiridas duas viaturas na modalidade de locação financeira via Standard Bank, com o custo total de 2 490 000 meticais, a serem pagas em quarenta e seis (48) rendas mensais, iguais e sucessivas. Incidirão sobre o valor das viaturas por amortizar, juros contados diariamente à taxa correspondente a Prime Rate (MT) do Sistema Financeiro acrescida de um spread de 2%, p.a. O contrato foi celebrado sem garantias.
- (e) Em 2019, foram adquiridas duas viaturas na modalidade de locação financeira via FNB, com o custo total de 3 042 000 meticais, a serem pagas em quarenta e seis (48) rendas mensais, iguais e sucessivas. A taxa de 21.5% (PLRSF 19.5% +2%). Hipoteca voluntária de primeiro grau do prédio descrito no respectivo contrato.

14 Passivos por impostos diferidos

O movimento na rubrica de impostos diferidos foi como segue:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
	<u>Revalorização de activos</u>	<u>Revalorização de activos</u>
Em 1 de Janeiro	20,638,541	21,188,613
Reversão por resultados	(550,072)	(550,072)
Em 31 de Dezembro	20,088,469	20,638,541

15 Provisões

A evolução da provisão para outros riscos e encargos é como segue:

<u>Contas</u>	<u>Saldo inicial</u>	<u>Reforço</u>	<u>Redução</u>	<u>Reversão</u>	<u>Saldo final</u>
Provisão para impostos	15,096,949	-		-	15,096,949
Provisão (Processos Laborais)	1,590,778	-	-	-	1,590,778
Total	16,687,727	-	-	-	16,687,727

A provisão para impostos foi criada para fazer face a contingências fiscais. As mesmas são referentes a notificações da Autoridade Tributária relativas ao IRPC adicional referente aos exercícios de 2014 e 2015. A Empresa aguarda a resposta às contestações efetuadas.

A provisão para processos laborais foi criada para fazer face a processos laborais, cujas sentenças serão provavelmente desfavoráveis a Sociedade do Notícias, SA.

16 Fornecedores

		<u>2020</u>	<u>2019</u>
<u>Fornecedores nacionais</u>			
LAM - Linhas Aéreas de Moç.	16.1	6,359,759	11,397,508
MHL AUTO, SA		900,000	-
Electricidade de Moçambique		626,406	14,664
Strong Security, LDA		376,740	-
GARP, LDA		363,811	-
Outros Fornecedores nacionais		827,375	395,599
Total fornecedores nacionais		<u>9,454,091</u>	<u>11,807,771</u>
		<u>2020</u>	<u>2019</u>
<u>Fornecedores externos</u>			
Fujifilm South Africa (PTY) LTD	16.2	18,282,682	15,438,658
Ekman & Co AB	16.3	17,428,694	16,665,965
SRS Graphic Systems PTY LTD		1,714,761	1,053,376
Heidelberg		1,349,612	919,775
Outros Fornecedores externos		970,768	218,550
Total fornecedores externos		<u>39,746,517</u>	<u>34,296,324</u>
Total de fornecedores		<u>49,200,608</u>	<u>46,104,095</u>

Os saldos de fornecedores mais significativos referem-se às seguintes entidades:

16.1 A dívida com a LAM é referente ao gasto com transporte de jornais para as províncias.

16.2 Fujifilm South Africa é fornecedora de chapas de impressão usadas na produção de jornais e produtos tipográficos.

16.3 O saldo dos fornecedores Ekman & Co é referente a importação de papel de jornal para a produção de jornal.

17 Outros passivos financeiros correntes

Em 31 de Dezembro, o detalhe da rubrica de Outros passivos financeiros é como segue:

	2020	2019
Fundo Social dos trabalhadores	400,000	400,000
Outros credores	55,570	96,649
Sindicatos	33,657	42,148
Credores trabalhadores	-	126,889
Total outros credores	489,227	665,686
Adiantamentos de clientes	5,737,690	7,959,892
Total	5,737,690	7,959,892
Total de outros passivos financeiros	6,226,917	8,625,578

18 Impostos a pagar

Em 31 de Dezembro de 2020, o saldo de impostos a pagar estava assim discriminado:

	2020	2019
IRPC Autónomo	848,338	1,066,424
Estimativa de Imposto	-	-
Total impostos a pagar	848,338	1,066,424

19 Outros passivos correntes

Em 31 de Dezembro, o detalhe da rubrica de outros passivos correntes era como segue:

	2020	2019
Receitas antecipadas (assinaturas de jornais)	8,919,621	17,679,064
IRPS	1,656,963	1,705,835
IVA	1,389,464	-
Auditoria e consultoria	756,630	720,600
INSS	-	1,499,950
Seguros	-	195,823
Outros passivos correntes	12,722,678	21,801,272

As receitas antecipadas são referentes a vendas de jornais de 2021, facturadas antecipadamente em 2020.

20 Vendas de bens e de serviços

O montante de vendas e prestações de serviços reconhecido na demonstração dos resultados é detalhado como segue:

	2020	2019
VENDAS		
Jornais (assinantes)	68,681,253	73,897,227
Produtos tipográficos	34,239,870	48,658,707
Jornais avulsos	14,074,150	27,752,875
Venda de jornal On-Line	2,304,958	1,204,884
Venda de livros e material - livraria	172,697	365,631
Jornais velhos	142,953	314,626
Vendas do Arquivo	200,471	98,499
Venda de chapas usadas	71,250	21,667
Total Vendas Brutas	119,887,602	152,314,116
Devolução de jornais	(2,265,444)	(3,468,279)
Descontos (Agentes de Jornais)	(2,117,400)	(4,331,496)
Total Vendas Liquidas	115,504,758	144,514,341
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS		
Inserção de anúncios no jornal	245,214,681	273,774,935
Impressão de outros jornais	8,145,890	21,056,230
Outras Vendas	1,955,857	5,828,255
Inserção de suplemento comercial	1,045,248	1,659,603
Inserção de anúncios no portal	231,450	237,560
Total Bruto de Prestação de serviços	256,593,126	302,556,583
Descontos (Agências de Publicidade)	(8,404,212)	(10,021,886)
Descontos (Outros)	(16,746)	-
Total Líquido de Prestação de serviços	248,172,168	292,534,697
Total Líquido de Vendas e Prestação de serviços	363,676,926	437,049,038

O desempenho negativo registado na rubrica de vendas de bens, deveu-se fundamentalmente a conjuntura socioeconómica pouco favorável devido a COVID-19.

21 Custos com pessoal

Os custos com pessoal, incorridos durante o exercício de 2020, foram como segue:

	2020	2019
Salários	98,492,969	96,396,892
Subsídios	60,753,373	62,431,629
Pensões	12,594,483	11,641,650
13º Vencimento	8,251,798	8,429,273
Segurança Social-Entidade Empregadora	6,534,220	6,604,925
Despesas médicas e Medicamentosas	4,007,207	3,696,691
Colaboradores	1,575,822	2,236,435
Honorários	540,787	540,787
Retroactivos	291,952	3,859,933
Indeminizações	118,564	399,926
Outros (despesas fúnebres, acção social,etc)	549,342	256,071
Total de custos com pessoal	193,710,517	196,494,212

22 Fornecimento e serviços de terceiros

O detalhe dos custos com fornecimentos e serviços de terceiros é como segue:

		2020	2019
Manutenção e reparação	a)	12,530,504	18,846,908
Trabalhos especializados	b)	8,896,892	12,756,041
Electricidade		7,281,735	5,719,139
Gasóleo		6,319,088	6,921,887
Transporte de carga		5,851,889	6,748,496
Material de escritório		5,410,153	5,670,137
Deslocações e estadias	c)	4,579,280	8,461,352
Limpeza, higiene e conforto		3,662,313	2,723,594
Comunicações	d)	3,379,468	4,016,900
Seguros		2,240,155	1,157,692
Vigilância e segurança		2,774,654	2,696,988
Outros fornecimentos		777,729	1,737,708
Rendas e alugueres		720,000	2,721,446
Material para embalagem de jornais		709,687	975,368
Gasolina/Lubrificantes		625,968	982,987
Água		590,187	494,642
Agências noticiosas		533,116	604,879
Portagem		388,060	336,070
Material eléctrico		241,142	562,420
Galas/Reuniões Anuais		-	1,124,848
Total fornecimento e serviços de terceiros		67,512,020	85,259,502

a) Manutenção e reparação	2020	2019
Material de manutenção e reparação		
Material e reparação de máquinas industriais	3,554,698	2,282,881
Material e rep. de viaturas ligeiras de passageiros	460,104	1,037,885
Material e reparação de viaturas de carga	592,609	869,691
Material e reparação de edificios	493,977	423,046
Material e reparação de OMB	101,277	272,854
Material e reparação de computadores	237,987	232,550
Material e reparação de motas e bicicletas	25,130	24,624
	5,465,782	5,143,531

Manutenção e reparação

Manutenção e reparação de máquinas industriais	1,086,868	7,013,323
Manutenção e reparação de viaturas de carga	3,738,791	4,442,788
Manutenção e reparação de edifícios	1,181,249	1,275,431
Manutenção e reparação de OMB	291,313	495,237
Manutenção e rep. de viaturas ligeiras passageiros	184,835	340,956
Manutenção e reparação de computadores	564,988	121,966
Manutenção e reparação de motas e bicicletas	16,676	13,676
	7,064,720	13,703,377
Total manutenção e reparação	12,530,502	18,846,908

b) Trabalhos especializados

	2020	2019
Trabalhos informáticos	3,778,451	-
Trabalhos tipográficos	2,721,281	4,527,605
Despachante	757,585	2,207,648
Trabalho especializado - PHC	773,181	1,259,271
Auditoria externa	756,630	720,600
Consultoria/Estudos	109,764	1,822,187
Serviços de importação de maquinaria	-	2,218,730
Total trabalhos especializados	8,896,892	12,756,041

c) Deslocações

	2020	2019
Viagens e hotéis	2,786,240	5,113,302
Alimentação	1,510,474	2,301,972
Passagens aéreas	282,566	1,046,078
Total deslocações e estadias	4,579,280	8,461,352

d) Comunicações

	2020	2019
Telefones TMCEL	1,036,488	1,758,255
TV Cabo	1,524,533	1,559,638
Serviços de internet	768,638	457,410
Zap/DSTV	49,809	241,597
Total comunicações	3,379,468	4,016,900

23 Outros ganhos e perdas operacionais

A rubrica de Outros ganhos e perdas operacionais é assim apresentada:

	2020	2019
Cedência de Instalações	3,562,407	4,002,520
Multas (Processos disciplinares)	268,499	60,303
Caderno de encargo/Termos referência	149,000	-
Outros ganhos	10,076	350,000
Diferenças de arredondamentos	1,744	3,179
Ganhos em investimentos de capital	-	54,853
Total rendimentos operacionais	3,991,726	4,470,855
	2020	2019
Encargos sem suporte documental adequado	2,423,823	3,046,926
Impostos e taxas	1,770,400	427,557
Perdas em Investimentos de capital	440,711	5,563,614
Correções relativas a exercicios anteriores	345,273	1,262,884
Quebras/jornais e anúncios	88,089	80,798
Quotizações	63,600	70,000
Outros	11,125	9,748
Multas e penalidades	6,769	42,721
Programas de responsabilidade social	-	360,000
Total de outros gastos operacionais	5,149,790	10,864,248
Outros ganhos e perdas operacionais	(1,158,064)	(6,393,393)

24 Gastos e rendimentos financeiros

O detalhe dos gastos e rendimentos financeiros do exercício de 2020 é como segue:

	2020	2019
Juros obtidos	303,282	1,182,399
Diferenças de câmbio não realizadas	234,023	1,544,078
Diferenças de câmbio realizadas	-	1,264
Total rendimentos financeiros	537,305	2,727,741



Sociedade do Notícias, S.A.

Notas as Demonstrações Financeiras do ano findo em 31 de Dezembro de 2020

(Valores expressos em Meticals)

	2020	2019
Juros suportados	3,826,296	3,654,848
Despesas bancárias	2,191,341	2,892,089
Diferenças de câmbio realizadas	591,251	771,512
Diferenças de câmbio não realizadas	-	1,423,316
Total gastos financeiros	6,608,888	8,741,765
Resultados financeiros	(6,071,583)	(6,014,024)

25 Imposto sobre o rendimento

A rubrica de imposto sobre o rendimento pode ser apresentada como segue:

A taxa de imposto utilizada para apurar as diferenças tributárias à data de relato foi de 32% e corresponde à taxa nominal de imposto.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as declarações fiscais da Empresa estão sujeitas à revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de 5 anos. A Administração entende que eventuais correcções resultantes da inspecção/revisão por parte das autoridades fiscais não terão um efeito significativo nestas demonstrações financeiras.

	2019	2019
Imposto Diferido	550,072	550,072
Imposto corrente	-	-
	550,072	550,072

A reconciliação do montante de imposto do exercício é conforme se segue:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Resultado antes de impostos	<u>(36,821,102)</u>	<u>(22,305,681)</u>
<u>Custos não tributáveis</u>		
Diferenças de câmbio não realizadas (art. 22 c) do CIRPC)	-	1,423,316
Reintegrações e amortizações não aceites como custos (art. 27 do CIRPC)	2,930,691	2,775,316
Provisões ou perdas por imparidade não dedutíveis (arts. 28 e 29 do CIRPC)	1,422,495	1,188,224
Realizações de utilidade social não enquadráveis	-	360,000
Impostos e Encargos da responsabilidade de Outrem (art. 36 nº1 b) do CIRPC)	156,000	156,000
Multas, coimas, juros compensatórios e demais encargos pela prática de infrações (art. 36 nº1 c)	6,769	42,721
Despesas confidenciais e/ou não documentadas (art. 36 nº1 g) do CIRPC)	2,423,823	3,046,926
50% dos encargos com viaturas ligeiras de passageiros (art. 36 nº4) do CI	2,509,073	3,364,810
Mais-valias fiscais (art. 20h), 37 e 38 do CIRPC)	1,721,863	5,299,631
Correções relativas a exercícios anteriores (art. 18 nº 2 do CIRPC)	345,273	1,262,884
Arredondamentos	11,125	9,748
Total de custos não dedutíveis	<u>11,527,112</u>	<u>18,929,576</u>
<u>Rendimentos não tributáveis</u>		
Mais-valias contabilísticas (art. 20h), 37 e 38 do CIRPC)	(1,721,863)	(5,299,631)
Diferenças de câmbio não realizadas	(234,023)	(1,544,078)
Lucro / (Prejuízo) para efeitos fiscais	<u>(27,249,876)</u>	<u>(10,219,814)</u>
Imposto à taxa normal	-	-
Tributação autónoma	848,338	1,066,424
Total Impostos	<u>848,338</u>	<u>1,066,424</u>

Não foram reconhecidos impostos diferidos sobre os prejuízos fiscais decompostos abaixo, devido à incerteza existente relativa à capacidade da Empresa gerar lucros que permitam a recuperação dos referidos prejuízos fiscais no prazo legal em vigor.

<u>Prejuízos fiscais</u>	<u>Valor</u>	<u>Utilização</u>
- Ano 2016	(42,218,244)	2021
- Ano 2019	(10,219,814)	2024
- Ano 2020	(27,249,876)	2025

26 Partes relacionadas

26.1. Accionistas

Em 31 de Dezembro de 2020, a *Sociedade do Notícias, S.A.* era controlada pelo IGEPE que detinha 99.99% do capital da empresa.

26.2. Gastos com o Conselho de Administração

O Conselho de Administração da Sociedade do Notícias foi considerado de acordo com a NCRF 6 como sendo o único elemento “chave” da gestão da Empresa. Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2020, as remunerações auferidas pelo Conselho de Administração da Sociedade do Notícias foram as seguintes:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Benefícios de curto prazo	11,746,527	12,005,087
	11,746,527	12,005,087

26.3. Saldos entre partes relacionadas - clientes

No final do exercício de 2020, os saldos resultantes de transacções efectuadas com partes relacionadas são como segue:

<u>Clientes</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Emose	-	99,496.80
IGEPE	-	15,624.00
Clientes Sócios/accionistas	-	115,121

26.4. Devedores accionistas subscritores de capital

Em 31 de Dezembro de 2020, os saldos reconhecidos nesta rubrica referem-se ao accionista IGEPE que não realizou na totalidade o capital subscrito.

	2020	2019
IGEPE (Acções não realizadas)	17,708,714	26,794,517
Companhia Agrícola João Ferreira dos Santos	-	-
Capital não realizado	17,708,714	26,794,517

27 Gestão de risco

A *Sociedade do Notícias, S.A.* encontra-se exposta a diversos riscos financeiros, nomeadamente: o risco de crédito, essencialmente relacionado com a cobrança de facturas emitidas e depósitos bancários, o risco de taxa de juro e risco de taxa de câmbio.

A gestão dos riscos é conduzida pela Administração e Direcção da Sociedade, sendo que eventuais coberturas dos mesmos são definidas pela Administração e executadas pela Direcção da Sociedade. Os principais riscos identificados são:

Risco de Crédito

Corresponde à incapacidade de uma contraparte cumprir os seus compromissos financeiros perante a Sociedade. A *Sociedade do Notícias, S.A.* incorpora o risco de crédito no seu balanço na parte respeitante aos investimentos que realiza junto a instituições financeiras e das facturas a receber de clientes. Em 31 de Dezembro de 2020 a Sociedade encontrava-se exposta a este risco pelos seguintes factores:

	2020	2019
Caixa e equivalentes de caixa	33,263,375	14,372,683
Clientes	20,169,637	42,524,570
Outros activos financeiros	32,794,902	36,919,036
	86,227,914	93,816,289

Risco de taxa de juro

Este risco decorre de movimentos adversos nas taxas de juro por via de desfasamentos de maturidade ou de prazos de refixação das taxas de juro. A *Sociedade do Notícias, S.A.* encontra-se exposta ao risco de taxa de juro pela vertente das aplicações financeiras realizadas, as quais são de curto prazo, pelo que o seu risco é reduzido e ao risco de taxa de juro das contas caucionadas e empréstimos obtidos, conforme segue:

	31 de dezembro de 2020		
	Total	MZM	USD
Activo			
Caixa e equivalentes de caixa	33,263,375	31,684,895	1,578,480
	33,263,375	31,684,895	1,578,480
Passivo			
Empréstimos obtidos	15,756,698	15,756,698	-
	15,756,698	15,756,698	-
Posição Líquida	17,506,677	15,928,197	1,578,480

Risco de taxa de câmbio

Risco resultante de movimentos adversos nas taxas de câmbio, provocados pelas alterações nas taxas de câmbio utilizadas na conversão para a moeda funcional e de apresentação (Metical).

O risco de taxa de câmbio na *Sociedade do Notícias, S.A.* advém do pagamento de facturas em moeda estrangeira que tem um peso pouco expressivo em 31 de Dezembro de 2020.

	31 de dezembro de 2020			
	Total	MZM	USD	ZAR
Activo				
Caixa e equivalentes de caixa	33,263,375	31,684,895	1,578,480	-
	33,263,375	31,684,895	1,578,480	-
Passivo				
Fornecedores	49,200,608	9,454,090	17,428,694	22,317,823
	49,200,608	9,454,090	17,428,694	22,317,823
Posição Líquida	(15,937,233)	22,230,805	(15,850,214)	(22,317,823)

Cotações utilizadas

As cotações de moeda estrangeira utilizadas para conversão de saldos expressos em moeda estrangeira, foram as seguintes:

Moeda	2020		2019	
	Compra	Venda	Compra	Venda
Dolar americano	74.16	75.64	60.83	62.03
Rand	5.06	5.16	4.34	4.42
Euros	91.11	92.92	68.11	69.45

Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco da *Sociedade do Notícias, S.A.* não ter capacidade financeira para satisfazer os compromissos associados aos instrumentos financeiros quando estes se vencem. Para limitar este risco, a gestão recorre a diversas fontes gerindo os activos tendo por base a sua liquidez e monitoriza periodicamente os fluxos de caixa futuros e respectiva liquidez.

A gestão deste tipo de risco, desenvolvida com recurso à análise dos prazos residuais dos diferentes activos e passivos do balanço, evidencia, para cada um dos diferentes intervalos considerados, conforme tabela abaixo, a diferença entre os volumes de influxos e efluxos de caixa, bem como os respectivos *gaps* de liquidez.

	Até 1 ano	Mais de 1 ano	Total
Empréstimos obtidos	8,838,557	6,918,141	15,756,698
Outros passivos financeiros	6,226,917	-	6,226,917
Outras contas a pagar	12,722,678	-	12,722,678
	27,788,152	6,918,141	34,706,293
	Até 1 ano	Mais de 1 ano	Total
Clientes	20,169,637	-	20,169,637
Outros activos financeiros	32,794,902	-	32,794,902
Outros activos correntes	8,268,130	-	8,268,130
Caixa e equivalentes de caixa	33,263,375	-	33,263,375
	94,496,044	-	94,496,044



28 Acontecimentos após a data do Balanço

Na data de finalização das demonstrações financeiras anuais, não se registaram eventos subsequentes relevantes que tenham ocorrido após a data da demonstração da posição financeira e que requeiram ajustes nas demonstrações financeiras.